

ACTA da 4.ª Reunião Geral do Colégio de Engenharia Geográfica – Triénio 2010/2013

Aos doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez pelas dezoito horas, no Hotel Trip, em Coimbra, reuniram o Colégio Nacional de Engenharia Geográfica eleito para o triénio 2010 / 2013, os Conselhos Regionais do Norte, Centro e Sul e os representantes da especialidade no CAQ, convocados por circular.

Tomaram parte na reunião os titulares dos cargos: Presidente do Colégio Nacional, Eng. Ana Fonseca, os vogais Eng. Manuela Vasconcelos e Eng. Armindo das Neves, tendo comparecido igualmente pelo Conselho Regional do Norte do Colégio de Engenharia Geográfica a Coordenadora, Eng. Alexandrina Menezes, os vogais Eng. Ana Cláudia Teodoro e Eng. Carlos Ferreira, pelo Conselho Regional do Centro do Colégio de Engenharia Geográfica a Coordenadora, Eng. Elisa Almeida, os vogais Eng. Rui Fernandes e Eng. Jorge Santos, pelo Conselho Regional do Sul do Colégio de Engenharia Geográfica a Coordenadora, Eng. Teresa Sá Pereira, os vogais Eng. Carlos Antunes e Eng. Luís Santos, os representantes da especialidade no CAQ, Eng. José Alberto Gonçalves e Eng. João Catalão.

Conferidos os preceitos, a Presidente do Colégio declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e que a seguir se transcreve:

- 1 – Aprovação da acta da reunião anterior;
- 2- Informações;
- 3 – Plano de actividades para 2011;
- 4 – Admissão à OE;
- 5 – Análise da proposta legislativa de regulação dos actos.

Antes da ordem de trabalhos, foi proposta pelo Conselho Regional do Sul a inserção no plano de trabalhos de um ponto adicional, que foi aprovada, dado origem ao Ponto 6:

- 6 – Bolsa de peritos.

Entrando na Ordem de Trabalhos, no Ponto 1, houve lugar à aprovação da acta da reunião anterior.

Relativamente ao ponto 2, foi dada informação sobre o fim do processo de acreditação dos cursos pela OE, no primeiro trimestre de 2011, sendo que depois desta data é possível que o ingresso na OE não possa dispensar a realização de exames pelos candidatos. Houve apresentação do documento dos actos de engenharia florestal, onde surge a figura do “levantamento de perímetros florestais”, cuja existência merece a atenção e seguimento pela nossa especialidade. O novo Portal da Ordem dos Engenheiros está previsto para 27 de Novembro de 2010, existindo nesta data a indicação aos membros eleitos de estarem disponíveis para a sua verificação, durante o período experimental, além do fornecimento de conteúdos. Em relação à CNCG 2011, a Presidente do Colégio informou que está em iminente a publicação do poster, elemento importante do processo de divulgação do evento.

Passando ao ponto 3, foi dado conhecimento de que o plano de actividades está a ser pedido com maior urgência do que em anos transactos, tendo que ser apresentado até ao fim do ano. A Presidente destaca a participação, por sua delegação, da Eng. Maria João Henriques na FIG Working Week, em Marrocos, de 18 a 22 de Maio de 2011, com apresentação de comunicação nacional sobre a temática da subsidiência. A Eng. Manuela Vasconcelos propôs que a participação no ENEG passasse a ser gratuita para os membros da OE, situação que merecerá ponderação posterior. Em relação à CNCG 2011, a Eng. Ana Cláudia Teodoro referiu-se aos aspectos logísticos envolventes, designadamente o alojamento, tendo evoluído o processo negocial com os hotéis da cadeia Fénix. Em relação ao programa social, a Eng. Ana Cláudia Teodoro deu conhecimento de que visitou a Casa da Música para verificação *in loco* das condições

oferecidas, tendo constatado a qualidade da visita e das refeições, a que se junta a vantagem de dispensar transporte, ser muito mais económica do que a alternativa das Caves do Douro e poder, a partir de um valor global de três mil euros, “fechar” a sala para o evento, propiciando um ambiente mais informal. Foram já feitos contactos com os membros da Comissão Científica, importando reastrear as confirmações e eventualmente excluir os membros que não confirmem a disponibilidade para exercer as respectivas funções. Ainda neste Ponto, o Eng. João Catalão propôs que, perante directiva que convida ao aumento do número de membros conselheiros, seja endereçado convite ao Eng. João Casaca nesse sentido, o que vai de encontro a deliberação anterior do CNEG, que já lhe enviou carta nesse sentido. Perante a sugestão da Eng. Teresa Sá Pereira de estender esse convite aos docentes que ocupam posições mais destacadas na nossa área académica, o Eng. João Catalão advertiu para um possível enviezamento deste grau no seio da especialidade, lembrando que estes colegas não exercem efectivamente a engenharia e que estas candidaturas estão sujeitas a taxas de reprovação consideráveis. No caso específico dos académicos, a exigência é muito grande, envolvendo a demonstração, através de lista muito consistente, da publicação de artigos, direcção de doutoramentos, etc. O Eng. Carlos Antunes lembrou que a indicação anterior também se estende à outorga do título de membros séniores, o que levou até à implementação pela OE de um processo de candidatura mais expedito.

Em relação ao Ponto 4, o Eng. João Catalão discorreu sobre o actual processo de participação da OE na acreditação de cursos, no qual a A3ES pede parecer à OE, que dirige estes pedidos ao CAQ, visando a acreditação. Sucede que, apesar disto, a A3ES pode acreditar os cursos candidatos apesar do parecer da OE poder ser negativo, e nestes casos os cursos passam a receber financiamento, situação que decorre da perda de poderes da OE para acreditar cursos. A OE encontra-se a reflectir sobre este processo e no programa do ENEG está prevista a discussão do tema.

Quanto ao Ponto 5, foi tomado conhecimento de que o jurista da OE conduziu os trabalhos de elaboração da legislação incluindo o enquadramento de responsáveis por actividades técnicas afins, designadamente engenheiros técnicos topógrafos, topógrafos-geómetras, topógrafos, etc... situação que este considerou vantajosa enquanto proposta que passe a ser a proposta da Sr.a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, desde que se verifique o necessário consenso entre OE, ANET, etc... num processo que poderá implicar cedências entre as partes. A propósito do documento distribuído para a reunião e preparado para o ENEG, o Eng. Carlos Antunes considerou que o preâmbulo não fundamenta juridicamente o enquadramento legislativo e o Eng. João Catalão considerou que não devem constar no documento referências às ciências mas sim às actividades, por exemplo posicionamento e navegação em vez de geodesia.

Passando ao Ponto 6, os membros eleitos do Conselho Regional do Sul deram conhecimento de que, perante o frequente pedido por parte dos tribunais de serviços de peritos, tanto através da Região Sul como da FCUL, consideram dever haver lugar à constituição de uma bolsa de peritos para afectação a disputas judiciais que envolvam informação geográfica. A este propósito foi dado conhecimento de que uma pesquisa sobre o assunto revelou ser a oferta actual da OE manifestamente desadequada, num processo que os tribunais também dirigem, com base em critérios próprios, às Câmaras Municipais, Faculdades, etc... A Eng. Teresa Sá Pereira manifestou que a Região Sul pretende mesmo realizar uma formação sobre esta temática, num processo que pretende despertar o interesse dos engenheiros geógrafos, sendo igualmente importante desmistificar a ideia generalizada de eternização destes processos, já que o perito não é necessariamente convocado para as audiências.

Concluindo, fora já da Ordem de Trabalhos, a Presidente do CNEG apelou à colaboração de todos na apreciação da documentação submetida à reunião e ao ENEG, registou a admissão de novos membros na especialização em Sistemas de Informação Geográfica, no quadro de uma recuperação que se pretende ainda aprofundar. Foi dado conhecimento da presença no XV ENEG do Sr. Bastonário, facto de assinalar pela distinção que empresta à especialidade no seu primeiro ano de mandato e por se seguir a igual gentileza do Bastonário cessante em 2009, no XIV ENEG. Finalmente, a Presidente do CNEG informou ter preparado um discurso que envolve referências individuais a todos os membros eleitos, pelo que se apela à presença de todos na sala, tendo encerrado os trabalhos com a distribuição por todos de “pins” da Ordem dos Engenheiros.

Terminados os trabalhos, pelas vinte horas, o Colégio concordou, por unanimidade, que a acta desta sessão fosse elaborada posteriormente, e que depois de lida pelos membros e considerada conforme e aprovada, fosse pelos mesmos assinada, para que faça prova.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2011

O Vogal do Colégio Nacional
de Engenharia Geográfica

Armindo das Neves
(Eng.º Geógrafo)

A Presidente do Colégio Nacional
de Engenharia Geográfica

Ana Maria Fonseca
(Eng.ª Geógrafa)